

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 54

Janeiro - 2014

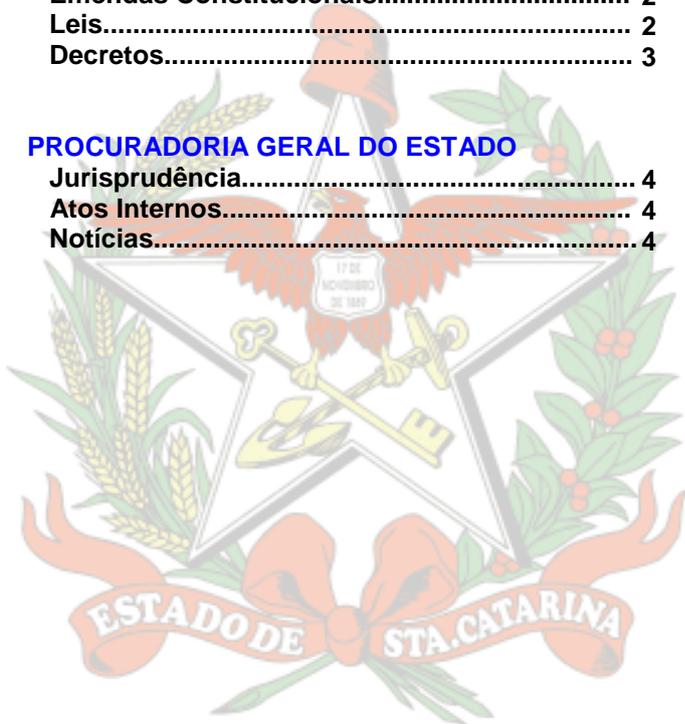
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Emendas Constitucionais.....	2
Leis.....	2
Decretos.....	3

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	4
Atos Internos.....	4
Notícias.....	4



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Ricardo Della Giustina

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Emendas Constitucionais

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 67, de 10 de dezembro de 2013

Altera o inciso I do art. 14 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para estabelecer a participação majoritária da sociedade civil organizada nos conselhos estaduais de cunho social.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 68, de 10 de dezembro de 2013

Altera o art. 23 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 604, de 12 de dezembro de 2013

Altera o art. 18 da Lei Complementar nº 367, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 605, de 18 de dezembro de 2013

Altera a Lei nº 6.745, de 1985, a Lei Complementar nº 137, de 1995, a Lei nº 12.568, de 2003, a Lei Complementar nº 254, de 2003, a Lei Complementar nº 381, de 2007, a Lei Complementar nº 447, de 2009, a Lei nº 15.695, de 2011, a Lei Complementar nº 598, de 2013, a Lei Complementar nº 491, de 2010, e a Lei Complementar nº 56, de 1992, e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 606, de 19 de dezembro de 2013

Concede subsídio para plano de assistência à saúde aos membros e integrantes do corpo funcional do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 607, de 19 de dezembro de 2013

Transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 608, de 19 de dezembro de 2013

Dispõe sobre a elevação de entrância de Promotorias de Justiça e a reclassificação de cargos na carreira do Ministério Público de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 609, de 20 de dezembro de 2013

Fixa o subsídio mensal dos membros da carreira jurídica de Delegado de Polícia, conforme determina o § 9º do art. 144 da Constituição da República e o art. 105-A da Constituição do Estado e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 610, de 20 de dezembro de 2013

Fixa o subsídio mensal dos integrantes do Quadro de Pessoal do Instituto Geral de Perícias (IGP) e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 611, de 20 de dezembro de 2013

Fixa o subsídio mensal dos integrantes do Grupo Segurança

Pública - Polícia Civil, Subgrupo Agente da Autoridade Policial, conforme determina o § 9º do art. 144 da Constituição da República e o art. 105-A da Constituição do Estado e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 612, de 20 de dezembro de 2013

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

LEI COMPLEMENTAR Nº 613, de 20 de dezembro de 2013

Altera a Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 614, de 20 de dezembro de 2013

Fixa o subsídio mensal dos Militares Estaduais, conforme determinam o § 9º do art. 144 da Constituição da República e o art. 105-A da Constituição do Estado e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 615, de 20 de dezembro de 2013

Altera a lei complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 616, de 20 de dezembro de 2013

Altera a lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais militares do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 617, de 20 de dezembro de 2013

Cria e transforma cargos e funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Poder judiciário.

LEI COMPLEMENTAR Nº 618, de 20 de dezembro de 2013

Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 255, de 2004, e da Lei Complementar Nº 297, de 2005, e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 619, de 20 de dezembro de 2013

Eleva os valores dos emolumentos do número 1, item I, número 6, número 7, itens I e II da Tabela V da Lei Complementar nº 279, de 2004, que dispõe sobre os Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.

LEI COMPLEMENTAR Nº 620, de 20 de dezembro de 2013

Acrescenta o item III ao número 7 da Tabela I - Atos do Tabelião, da Lei Complementar nº 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei federal nº 10.169, de 2000.

LEI COMPLEMENTAR Nº 621, de 20 de dezembro de 2013

Acrescenta o número 5 na Tabela I da Lei Complementar nº 156, de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 218, de 2001, que dispõe sobre o valor dos atos do Tribunal de Justiça e seus Órgãos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 622, de 20 de dezembro de 2013

Acrescenta o número 11, itens I a IV e respectivas Notas na Tabela I - Atos do Tabelião, da Lei Complementar nº 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei federal nº 10.169, de 2000.

LEI COMPLEMENTAR Nº 623, de 20 de dezembro de 2013

Altera a Lei nº 6.153, de 1982, e a Lei Complementar nº 318, de 2006, e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.183, de 5 de dezembro de 2013

Institui a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV-SC) e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.215, de 16 de dezembro de 2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso das expressões: SE FOR DIRIGIR, NÃO BEBA; SE BEBER, NÃO DIRIJA, em todos os cardápios e propagandas de bares, restaurantes, boates e similares, no Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 16.219, de 19 de dezembro de 2013

Dispõe sobre o subsídio mensal dos Procuradores do Estado e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.281, de 20 de dezembro de 2013

Autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB), a proceder à regularização fundiária e a doação de imóvel no Município de Criciúma e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.283, de 20 de dezembro de 2013

Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.284, de 20 de dezembro de 2013

Institui e ativa a Diretoria de Polícia da Fronteira, dispõe sobre sua organização e seu funcionamento e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.285, de 20 de dezembro de 2013

Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de seqüela grave advinda de queimaduras e adota outras providências.

LEI Nº 16.290, de 20 de dezembro de 2013

Altera a Lei nº 15.133, de 2010, que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.291, de 20 de dezembro de 2013

Altera a Lei nº 14.601, de 2008, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.292, de 20 de dezembro de 2013

Institui o Programa de Apoio Social (PAS) e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.295, de 20 de dezembro de 2013

Altera a Lei nº 11.522, de 2000, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar e adota outras providências.

LEI Nº 16.296, de 20 de dezembro de 2013

Altera a Lei nº 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e adota outras providências.

LEI Nº 16.297, de 20 de dezembro de 2013

Altera a Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL,

destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal, e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.298, de 20 de dezembro de 2013

Institui o Conselho Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (CESIP) e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.299, de 20 de dezembro de 2013

Altera critério de cálculo da gratificação que menciona e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.300, de 20 de dezembro de 2013

Altera critério de cálculo, extingue e institui as gratificações que menciona e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.301, de 20 de dezembro de 2013

Altera a Lei nº 13.336, de 2005, que institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (FUNCULTURAL), o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo (FUNTURISMO), e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (FUNDESPORTE), no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC), e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.302, de 20 de dezembro de 2013

Proíbe a venda de rifas e afins, por crianças e adolescentes, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

LEI Nº 16.303, de 20 de dezembro de 2013

Institui o Programa de Redução de Despesas Correntes, Incremento da Arrecadação Previdenciária e Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa (PRO-EFICIÊNCIA) na Secretaria de Estado da Administração (SEA), no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) e na Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e estabelece outras providências.

Decretos**DECRETO Nº 1.886, de 20 de dezembro de 2013**

Disciplina a instauração e a organização da fase interna do procedimento de tomada de contas especial e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.887, de 2 de dezembro de 2013

Regulamenta e disciplina o desenvolvimento funcional nas modalidades de promoção por antiguidade, promoção por merecimento e promoção extraordinária dos servidores integrantes do quadro de pessoal do Instituto Geral de Perícias (IGP).

DECRETO Nº 1.901, de 5 de dezembro de 2013

Dispõe sobre a extinção dos Fundos Rotativos instituídos pelo Decreto nº 634, de 2007, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.916, de 12 de dezembro de 2013

Altera dispositivos do Decreto nº 105, de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.992, de 2007, que instituiu o Programa Pró-Emprego, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.918, de 12 de dezembro de 2013

Altera dispositivo do Decreto nº 1.480, de 2013, que dispõe sobre a concessão e o pagamento de indenização por convocação de Agente Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo por necessidade de serviço em apoio a unidades prisionais do Estado.

DECRETO Nº 1.924, de 17 de dezembro de 2013

Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais no Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina (TAT/SC).

DECRETO Nº 1.933, de 18 de dezembro de 2013

Dispõe sobre aplicação temporária de novos valores de diárias para os grupos de cargos, empregos e funções que menciona, aplicáveis exclusivamente ao período transitório da Operação Veraneio, Temporada 2013/2014, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.944, de 18 de dezembro de 2013

Altera dispositivos do Decreto nº 1.876, de 2013, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento à conta de "Despesa de Exercício Anterior", em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.945, de 18 de dezembro de 2013

Dispõe sobre as normas de funcionamento do Plano de Gestão da Saúde (PGS) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.949, de 19 de dezembro de 2013

Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC) no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual para pagamento de despesas extraordinárias ou urgentes e de pequeno vulto.

DECRETO Nº 1.950, de 19 de dezembro de 2013

Altera dispositivos do Decreto nº 704, de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.342, de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC), e estabelece outras providências.

**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO**

JURISPRUDÊNCIA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL****RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 575752 / SC - SANTA CATARINA**

Relator: Ministro Teori Zavascki

Julgamento: 29 de novembro de 2013

Publicação: 10 de dezembro de 2013

Reclamante: Estado de Santa Catarina

Proc: Procurador-geral do Estado de Santa Catarina

Reclamado: Marlete Pires

Decisão:

1. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em mandado de segurança que tem por objeto a aplicação do §6º do art. 1º da Lei Estadual 9.503/1994, que prevê que a base de cálculo da Gratificação Complementar de Vencimento não será

inferior ao salário mínimo. O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina concedeu a segurança para assegurar a aplicação da norma local. No recurso extraordinário, a parte recorrente aponta, com base no art. 102, III, da Constituição, violação ao art. 7º, IV, da CF, pois não deve prevalecer a vinculação da base de cálculo de gratificação ao salário mínimo. Em contra-razões, a recorrida pede o desprovimento do recurso.

2. É pacífico na jurisprudência do STF o entendimento de que viola o art. 7º, IV, da CF, a vinculação de qualquer verba remuneratória com o salário mínimo. Veja-se o seguinte precedente do Plenário:

EMENTA: Servidor público. Vencimentos. Vantagem pecuniária. Gratificação Complementar de Vencimento. Base de cálculo. Valor não inferior ao do salário mínimo. Art. 1º, § 6º, da Lei estadual nº 9.503/94. Inconstitucionalidade reconhecida. Jurisprudência assentada. Súmula vinculante

3. Embargos de divergência acolhidos. Salvo nos casos previstos na constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial. (RE 426062 AgR-ED-EDv, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, DJe 18-09-2009) No mesmo sentido: RE 422148 AgR-AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 07-08-2009.

Assim, considerando a inconstitucionalidade de tal estipulação da Lei Estadual 9.503/1994, a qual é a causa de pedir da inicial do mandado de segurança, impõe-se o provimento do presente recurso, com a subsequente denegação da ordem.

4. Isso posto, dou provimento ao recurso extraordinário (CPC, art. 557, §1º-A) para denegar a ordem. Custas pelo impetrante. Sem honorários advocatícios (artigo 25 da Lei 12.016/09).

ATOS INTERNOS**PROVIMENTO Nº 03/2013 - PGE/CORREGEDORIA**

Institui o Procedimento de Verificação no âmbito da Corregedoria- Geral.

NOTÍCIAS**PGE busca reduzir valor de precatórios das Letras em R\$ 500 milhões**

O Estado de SC protocolou petição judicial para reduzir em até 40% o valor dos precatórios originados pelo não pagamento das Letras do Tesouro Estadual, emitidas e vendidas em 1996. O recálculo poderá diminuir em quase R\$ 500 milhões o valor dos precatórios relacionados às Letras, que hoje é de R\$ 1,2 bilhão.

A petição foi protocolada, em 18/12, na Vara de Execuções Contra a Fazenda Pública e Precatórios, da Comarca da Capital.

No pedido, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) argumenta que o cálculo dos valores devidos aos investidores está equivocados, pois há acumulação de juros sobre juros. Isso configuraria uma ilegalidade chamada anatocismo. Na sexta-feira, 20/12, o juiz Luiz Felipe Schuch acolheu os argumentos da PGE e determinou, como medida cautelar, a suspensão dos pagamentos apontados como controversos até uma decisão final da Justiça.